

5.13 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O Ministério das Relações Exteriores é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar o Presidente da República na formulação da política externa, assegurar sua execução e manter relações com os estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais, promovendo os interesses nacionais e articulando as ações do governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os estados e ao princípio da não-intervenção. As ações desenvolvidas pelo Ministério em 2008, a seguir resumidas, inserem-se no contexto do Plano Plurianual – PPA.

POLÍTICA INTERNACIONAL E RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

América do Sul, Central e Caribe

A América do Sul e o processo de integração regional continuaram a receber a máxima atenção do Governo brasileiro em 2008. Prosseguiu a intensificação das relações bilaterais na região, tendo o Presidente da República visitado os seguintes países: Argentina, Bolívia, Paraguai e Peru. Foram recebidas, por sua vez, visitas dos mandatários da Bolívia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela.

A parceria com a Argentina foi aprofundada, entre outras ações, com dois encontros presidenciais no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina, que coordena mais de vinte projetos estratégicos. Nas relações com o Uruguai, registraram-se importantes avanços. Concluiu-se novo acordo automotivo bilateral, criou-se Grupo de Trabalho (GT) para o projeto de Hidrovia da Lagoa Mirim e foram lançados editais para o projeto executivo da segunda ponte sobre o rio Jaguarão e para a recuperação da ponte Mauá. Avançou-se, também, no acesso das populações fronteiriças a saúde, educação, trabalho e residência. Com o Paraguai, o Brasil reafirmou o compromisso com iniciativas que busquem atenuar as assimetrias existentes e que auxiliem mudança no perfil da economia paraguaia. Nesse sentido, os Presidentes do Brasil e do Paraguai constituíram GT sobre Cooperação Econômica e Infra-estrutura, que discutirá sobretudo projetos de industrialização, bem como Comissão de Diálogo sobre a Itaipu Binacional. No tocante à Bolívia, o Brasil desempenhou importante papel no processo de diálogo entre governo e oposição, com vistas à superação da crise política, salientando o respeito ao Estado de Direito, à legitimidade dos governantes democraticamente eleitos e à integridade territorial do país. O Brasil integrou o “Grupo de Países Amigos da Bolívia”, criado em maio, e, posteriormente, a Comissão da União das Nações Sul-americanas (Unasul), estabelecida em setembro para acompanhar o novo processo de entendimentos que então se iniciava.

As relações Brasil-Venezuela aprofundaram-se com a elaboração de programa de trabalho centrado nas áreas da cooperação industrial, agrícola, habitacional, energética e de desenvolvimento fronteiriço. Foram inaugurados escritórios

da Embrapa e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em Caracas. Avançou-se nas conversações sobre a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e sobre a comercialização de gás natural e a exploração de petróleo. No campo comercial, o Brasil consolidou-se como importante provedor de bens e serviços para a Venezuela. Com o Peru, além da II Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, avançou-se a agenda de cooperação amazônica e de desenvolvimento fronteiriço. As relações com o Chile foram aprofundadas tanto no âmbito comercial, com o Mercosul, quanto bilateralmente, por meio de encontros de alto nível para avançar a implementação de acordos assumidos pelos Presidentes do Brasil e do Chile. Em 2008, o Presidente do Equador visitou o Brasil em quatro ocasiões, duas delas para compromissos de caráter multilateral. Em sua visita à Colômbia, em julho, o Presidente da República assinou acordos em diversas áreas, com destaque para comércio bilateral, infra-estrutura e cooperação técnica. Ambos os Governos observaram cronograma de encontros temáticos, como a Comissão de Vizinhança. Brasil e Guiana comemoraram 40 anos de relações diplomáticas em 2008, mesmo ano em que o Exército brasileiro concluiu a construção da primeira ligação terrestre entre os dois países – a ponte sobre o rio Tacutu. Organizou-se, tanto para a Guiana quanto para o Suriname, missão do Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial do MRE, acompanhado por equipe multidisciplinar (Embrapa, Correios, Senai e Secretaria da Aquicultura e Pesca), com importantes resultados na área de cooperação técnica. Em abril, Brasil e Suriname assinaram Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa.

Em 2008, prosseguiram os trabalhos de inspeção de marcos de fronteira e caracterização das linhas de limite do Brasil com os países limítrofes, contribuindo para a integração sul-americana. Foram realizadas 8 Conferências: Peru (12ª Conferência, Lima); Colômbia (21ª Conferência, Ilha de San Andrés); Venezuela (71ª Conferência, São Paulo); Guiana (7ª Conferência, Rio de Janeiro); Suriname (1ª Conferência, Paramaribo); Paraguai (55ª Conferência, Rio de Janeiro); Uruguai (56ª Conferência, Montevidéu); Argentina (28ª Conferência, Buenos Aires) e 4 Campanhas de Inspeção de marcos de fronteira: Venezuela (20 de outubro a 20 de novembro); Guiana (01 a 30 de abril); Paraguai (abril/maio) e Uruguai (junho).

O Brasil reforçou, igualmente, o empenho na consolidação dos mecanismos de integração regional. O Governo brasileiro exerceu a Presidência Pro Tempore do Mercosul (PPT) no segundo semestre de 2008, que culminou com a realização, em Salvador, da reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) e da reunião dos Presidentes do bloco. Durante a PPT brasileira, obtiveram-se importantes resultados concretos, como as criações do Fundo Mercosul de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas – com orçamento inicial de US\$ 100 milhões, destinados a atividades de integração produtiva – e do Fundo de Agricultura Familiar, a ser utilizado para a produção dos principais itens da cesta básica. O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) consolidou-se como principal fonte comunitária de investimentos nas regiões menos desenvolvidas do bloco, já com 23 projetos aprovados, no valor de quase US\$ 170 milhões. O Grupo de Integração Produtiva, que realizou suas primeiras reuniões em 2008, avançou ações sobretudo nos setores automotivo e de petróleo e gás, com apresentação de projetos ao Focem.

Buscou-se avançar na eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum do Mercosul, na definição de um mecanismo de distribuição da renda aduaneira e na elaboração do Código Aduaneiro do bloco. Esses esforços de consolidação da União Aduaneira devem ser retomados em 2009, com vistas à conclusão. Destacam-se, ainda, a criação do Foro de Assuntos Tributários e a entrada em operação, em outubro, do Sistema de Pagamento em Moedas Locais entre Argentina e Brasil.

Ao longo de 2008, fortaleceu-se a dimensão social e cidadã do bloco. O Conselho do Mercado Comum (CMC) de Salvador foi o primeiro a contar com a participação dos Ministros responsáveis por temas sociais. Criou-se a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais, que elaborará um Plano Estratégico de Ação Social. Estruturou-se o Instituto Social do Mercosul, com sede em Assunção e orçamento anual inicial de US\$ 230 mil, que servirá como núcleo de análise, apoio técnico e troca de experiências em políticas sociais. No plano institucional, o Mercosul terminou 2008 fortalecido, com reajuste para os funcionários de sua Secretaria, além da aprovação do primeiro orçamento e do primeiro concurso para a Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão.

No âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), acompanharam-se os acordos do Brasil e do Mercosul firmados ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, além de outros processos negociadores. Quanto a possíveis novos acordos comerciais do Brasil e do Mercosul com países e blocos da América Latina e do Caribe, destaca-se a negociação de Programa de Liberalização Comercial Brasil-Venezuela, à luz do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul (em tramitação no Congresso).

O MRE participou ativamente de mecanismos de concertação, consulta e cooperação regionais. No âmbito do Grupo do Rio (G-Rio), a XX Cúpula, na República Dominicana, constituiu espaço de diálogo para a solução pacífica da crise diplomática entre Equador e Colômbia. Ressalte-se, além disso, a adesão de Cuba ao G-Rio, em dezembro.

A Unasul seguiu figurando como prioridade da ação externa do Brasil em 2008. Ressalta-se a Cúpula Extraordinária de Brasília, quando se concluiu o Tratado Constitutivo da Unasul, que lhe conferirá personalidade jurídica internacional. Os Chefes de Estado da Unasul voltaram a reunir-se em outras quatro ocasiões. Ao longo do exercício, o organismo reforçou a opção pelo diálogo e pelo respeito à soberania como forma de encaminhar os problemas da região – fato evidenciado no acompanhamento da crise política na Bolívia, inclusive com o envio de Comissão de observadores eleitorais. Foram criados o Conselho Sul-Americano de Defesa – que funcionará não como aliança militar, mas como instância de consultas, cooperação e coordenação, tendente ao desenvolvimento de identidade sul-americana em matéria de defesa – e o Conselho Sul-Americano de Saúde, que proporrá políticas comuns, ações coordenadas e atividades de cooperação. Tiveram seguimento, ainda, os trabalhos dos grupos temáticos da Unasul nas áreas de integração energética, educação, integração financeira, infraestrutura, temas sociais, solução de controvérsias sobre investimentos e Parlamento Sul-Americano.

Teve lugar em Salvador, em dezembro, a I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). Tratou-se de ocasião histórica em que, pela primeira vez, os Chefes de Estado dos países latino-americanos e caribenhos se reuniram para avançar agenda comum, construída a partir de uma perspectiva própria. Entre outras decisões, a I CALC criou GT de Alto Nível que deverá propor posições comuns e iniciativas concretas para enfrentar a crise financeira internacional e construir uma nova arquitetura financeira internacional.

O desenvolvimento da infraestrutura sul-americana continuou a ser uma das prioridades do processo de integração regional. Entre os projetos mais emblemáticos está o corredor rodoviário Brasil–Bolívia–Chile, que deverá ser inaugurado em 2009. Também com a Bolívia, foi firmado Protocolo para o financiamento da Rodovia Hacia El Norte, que integrará um corredor La Paz–Manaus–Caracas. Iniciaram-se estudos técnicos para a interconexão ferroviária interoceânica Brasil–Paraguai–Argentina–Chile, que integrará o Paraguai ao restante do continente e criará importante alternativa de acesso ao Pacífico e ao Atlântico. Foram aprovados novos financiamentos, via Proex e BNDES, para a exportação de bens e serviços de infraestrutura para a América do Sul – importantes tanto para as exportações brasileiras quanto para a integração. No âmbito da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o Brasil assinou acordos com Colômbia e Uruguai para a implantação do projeto de Exportação por Envios Postais para Pequenas e Médias Empresas.

O Brasil aprofundou suas relações com os bancos de fomento da região, tendo iniciado, em 2008, procedimentos para adesão ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) e ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC). Foi estabelecido mecanismo de cooperação entre o BNDES, o Banco da Nação Argentina (BNA) e o Banco de Investimento e Comércio Exterior (BICE) da Argentina. Prosseguiram também as negociações para a criação do Banco do Sul.

A ampliação das relações com os países da região da América Central e do Caribe foi constante em 2008, traduzindo-se pelo notável incremento no comércio, pelo grande número de projetos de cooperação técnica, pelo aumento dos investimentos brasileiros, pelos acordos em vários setores, pela prestação de assistência humanitária aos países da região atingidos por desastres naturais e pela intensa atividade de visitas políticas do mais alto nível. Foi estabelecida mais uma Embaixada residente na região, em Granada.

Estiveram em visita oficial no Brasil os Presidentes da Guatemala, da Costa Rica e de Cuba, o Primeiro-Ministro de Trinidad e Tobago e o Secretário-Geral da Comunidade do Caribe (Caricom), assim como os Chanceleres de Honduras, Guatemala e Nicarágua. O Presidente da República visitou a Guatemala, o Haiti, a Jamaica e Cuba e participou da III Cúpula Brasil-Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), em El Salvador. Criou-se o Mecanismo Permanente de Consulta Política Brasil-SICA, que realizou sua primeira reunião ministerial no Rio de Janeiro, em outubro, quando foi assinado acordo de incorporação do Brasil ao SICA como observador.

O Brasil continuou intensificando seus esforços de cooperação com o Haiti, com a assinatura de acordo

abrangente de assistência nas áreas agrícola e de segurança alimentar e com o início da elaboração de projeto básico para a construção de uma central hidrelétrica naquele país. Continuou, ademais, a modificação gradual do perfil de sua participação na Minustah (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti), com a incorporação do segundo contingente de engenheiros a seu batalhão.

África

A Divisão da África-II (DAF-II) gerencia a dotação orçamentária destinada a programas e iniciativas de cooperação desenvolvidas junto aos países de língua portuguesa e aos países membros de organismos regionais africanos.

Seu objetivo é fortalecer a cooperação com países africanos e reforçar o papel institucional dos organismos regionais africanos, e da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), como foros de coordenação, cooperação e concertação política. No caso específico da CPLP, o programa dá cobertura a ações para a projeção internacional da língua portuguesa bem como, no âmbito da Comunidade, a iniciativas como a promoção de reuniões e eventos culturais e científicos, e missões técnicas. Grande parte das ações junto à CPLP materializa-se por meio de contribuições voluntárias ao Fundo Especial da CPLP, os quais financiam projetos culturais, desportivos e de cooperação técnica com os países africanos de língua portuguesa e o Timor Leste.

A cooperação militar com a Guiné-Bissau incluiu custeio de passagens aéreas e cursos de formação de quadros em escolas militares brasileiras, e a doação de uniformes, no montante de R\$ 374 mil. Possibilitou também a implantação do Espaço Lusófono do Centro de Desminagem e Despoluição, localizado no Benin, proporcionando desenvolvimento técnico aos países de língua portuguesa, em área crítica, de interesse humanitário.

Os dois voos de cooperação com a Força Aérea Brasileira realizados neste ano, com destino a Angola e Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, permitiram o envio de material técnico e de cooperação para esses países, e absorveram cerca de R\$ 800 mil do orçamento da rubrica. Os materiais transportados incluíram, entre outros itens, livros técnicos doados pela Fundação Oswaldo Cruz, bibliotecas de referência em língua portuguesa e materiais técnicos para projeto desenvolvido pelo Senai em Guiné-Bissau.

No âmbito da cooperação educacional, destaca-se o custeio de passagens aéreas e o pagamento de bolsas a diplomatas lusófonos que realizam curso de formação no Instituto Rio Branco no período de 2008 a 2010.

São também empreendidas ações nas áreas de intercâmbio desportivo e promoção cultural. Neste sentido, o apoio à "Semana da CPLP" (em Lisboa); os eventos culturais na Embaixada do Brasil em São Tomé; o "Torneio de Futebol da CPLP" (em Lisboa); o pagamento de passagens aéreas para participação de representantes guineenses, santomenes, moçambicanos e caboverdianos (5 por país) no I Curso para Técnicos de Futebol da CPLP, realizado na UnB, em Brasília; e o apoio à realização de jogos amistosos entre a Seleção de Brasília e as Seleções de Moçambique e de Botsuana, jogo este que constituiu o principal evento das celebrações da posse do novo Governo de Botsuana.

As contribuições voluntárias ao Fundo Especial da CPLP ultrapassaram R\$ 2 milhões e fomentaram diversos programas de cooperação entre os países da Comunidade, dentre os quais merece destaque o apoio, no valor de US\$ 100 mil, à instalação do Escritório de Representação da Fundação Oswaldo Cruz em Moçambique.

Estados Unidos e Canadá

A relação bilateral com os Estados Unidos foi marcada pela visita da Secretária de Estado a Brasília e Salvador. Ela manteve encontros com o Senhor Presidente da República e com o Senhor Ministro de Estado. Emitiu-se declaração conjunta, cristalizando o "estado das relações bilaterais" e lançando as bases para a continuidade das iniciativas em andamento para além da atual administração. Assinou-se Plano de Ação para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica. O Senhor Presidente da República encontrou-se com o Presidente dos EUA à margem da Cúpula do G-8, no Japão. O Senhor Ministro de Estado encontrou-se com a Secretária de Estado à margem da Assembléia-Geral das Nações Unidas (AGNU). Ao longo do ano, intensificaram-se visitas ministeriais do Brasil e dos EUA. Também ocorreram a Reunião de Planejamento Político Brasil-EUA, assim como o Diálogo Estruturado sobre Temas Econômicos, o Fórum de Altos Executivos Brasil - EUA (CEO Fórum), o Grupo de Trabalho entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil e o Departamento de Comércio dos EUA (Grupo MDIC-DoC) e o Comitê Consultivo Agrícola. O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá manteve, em Brasília, Reunião de Consultas Políticas. Em novembro, foi assinado o Acordo-Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Senhor Presidente da República encontrou-se com o Primeiro-Ministro do Canadá à margem da Cúpula do G-8, no Japão.

Europa

No que se refere ao relacionamento bilateral com os países da Europa, visitaram o Brasil Chefes de Estado ou de Governo da Alemanha, Áustria, Espanha, Portugal, Finlândia, França, Noruega, Eslovênia, Lituânia e da Federação da Rússia, além do Presidente da Comissão Européia. O Senhor Presidente da República manteve encontro com o Presidente da França na Guiana Francesa; realizou também visita de Estado aos Países Baixos e à República Tcheca, em abril, e à Itália, em novembro. No Vaticano, foi assinado o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Realizou-se a III Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação Econômico-Comercial, em Kiev, e a V Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, em Brasília. Registraram-se também reuniões de consultas políticas, coordenadas pelo Itamaraty, com a Alemanha, Dinamarca, Estônia, França, Irlanda, Letônia, Polônia, Sérvia, República Tcheca e Ucrânia. No plano do diálogo bi-regional, o Presidente da República participou da V Cúpula América Latina e Caribe - União Européia (Lima, maio) e da XVIII Cúpula Ibero-Americana (São Salvador, outubro). O Presidente Sarkozy visitou o Brasil, em dezembro, quando se lançou o Plano de Ação da Parceria Estratégica com a França. Também em dezembro, realizou-se a II Cúpula Brasil-União Européia, com a adoção do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-UE.

Participação em organismos multilaterais

Realizou-se, em 9 de julho, em Hokkaido, Japão, a Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do G-8 e do G-5, precedida, no dia 8, por reunião dos líderes do G-5. O Brasil participou das reuniões do Processo de Heiligendamm, diálogo estruturado entre o G-8 e o G-5, lançado em 2007 e previsto para terminar em 2009, que abrange os pilares de desenvolvimento, energia, investimentos e inovação. Na reunião de novembro, do comitê dirigente do Processo, o Brasil advertiu sobre o risco de o diálogo se tornar burocrático e apontou que ele apenas será interessante se, a curto prazo, indicar respostas concretas para os desafios que se apresentam, como a crise financeira internacional.

O Presidente da República propôs, durante o encontro em Hokkaido, a realização de reunião dos líderes do G-5 no Brasil, antes da próxima reunião de Cúpula do G-8, em 2009. O Itamaraty coordenará a participação do Brasil na Cúpula do G-8 em La Maddalena, Itália, em 2009.

Em maio ocorreu, em Ecaterimburgo, na Rússia, a I Reunião Ministerial dos países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), na qual se discutiu ampla gama de temas de política internacional, bem como questões econômicas e temas globais. Os Chanceleres dos BRICs também se reuniram à margem da 63ª Assembléia-Geral das Nações Unidas (AGNU), em setembro, bem como à margem da reunião do G-20 financeiro, em São Paulo, em novembro.

O Senhor Presidente da República abriu o debate geral da AGNU e, na ocasião, também manteve encontros bilaterais com oito Chefes de Estado e de Governo. Foi aprovada, por consenso, decisão que determina o início, até fevereiro de 2009, de negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Renovou-se o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Entre 16 de novembro e 3 de dezembro, realizou-se o 9º rodízio de tropas brasileiras na Minustah. O 10º contingente será integrado por 100 engenheiros militares adicionais, cujo deslocamento foi aprovado pelo Congresso Nacional e o Brasil passará a participar da Missão com 1.286 militares.

O Brasil participou da XXXVIII Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em junho, à margem da qual se realizou a XXV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, que tratou do restabelecimento de relações diplomáticas entre os Governos do Equador e da Colômbia. Em preparação à V Cúpula das Américas (Trinidad e Tobago, abril de 2009), o Brasil participou das reuniões do Grupo de Revisão e Implementação de Cúpulas (GRIC).

No campo do desarmamento e da não-proliferação, realizou-se no Rio de Janeiro, em junho, seminário sobre o Instrumento Internacional de Rastreamento, adotado no âmbito do Programa das Nações Unidas sobre Armas Pequenas e Armamento Leve. O Brasil foi eleito, em novembro, presidente do Regime de Controle de Tecnologia Missilística (MTCR) para o biênio 2008-2009, e, em novembro, sediou o Seminário das Nações Unidas para o Mercosul e Estados Associados sobre Implementação da Resolução 1540 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em dezembro, na presidência pro-tempore do Mercosul, o Brasil organizou a II reunião do

Grupo de Trabalho sobre Não-Proliferação de Armas de Destruição em Massa. O Brasil e a Argentina criaram, em março, a Comissão Binacional de Energia Nuclear, em cumprimento à determinação da Declaração Presidencial de fevereiro. No âmbito da Comissão, organizou-se Seminário Binacional de Cooperação Nuclear (Foz do Iguaçu, maio), que identificou projetos aprovados pela Comissão e ratificados pelos Presidentes dos dois países em setembro.

TEMAS SOCIAIS

No campo dos temas sociais, o Brasil foi avaliado sob o Mecanismo de Revisão Periódica Universal (UPR), em 11 de abril, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos (CDH). O Brasil submeteu ao CDH, em sua 9ª Sessão, em setembro, projeto de resolução, aprovado por consenso, que determina dez metas internacionais voluntárias em direitos humanos. As metas foram formalmente lançadas em sessão especial do CDH, em 12 de dezembro, em Genebra, no marco das comemorações do 60º Aniversário da Declaração Universal de Direitos Humanos.

O Brasil abrigou a Conferência da América Latina e do Caribe preparatória para a Conferência de Revisão de Durban, em Brasília, de 17 a 19 de junho. A Conferência foi precedida por Fórum da Sociedade Civil da América Latina e do Caribe. O país sediou, no Rio de Janeiro, de 25 a 28 de novembro, o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que contou com a participação de 160 delegações oficiais. A Primeira Dama foi Presidente de Honra do Congresso. Realizou-se no Brasil, em novembro, a XV Reunião de Ministros de Desenvolvimento Social, bem como reunião dos países membros da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe para discutir proposta de Convenção Internacional sobre os Direitos dos Idosos.

Na 61ª Assembléia da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil desempenhou papel relevante para a aprovação da Estratégia Global sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual, que estabelece novo paradigma para a pesquisa e o acesso a medicamentos em países em desenvolvimento. Índia, Brasil e África do Sul firmaram Memorando de Entendimento na Área de Desenvolvimento da Mulher e de Programas de Igualdade de Gênero. Durante o IV Foro Urbano Mundial, na China, em novembro, o Brasil apresentou sua candidatura para sediar a V edição do evento, em 2010.

Com relação aos Mecanismos Financeiros Inovadores, em abril realizou-se, em Brasília, a VII Reunião do Conselho Executivo da Central de Compra de Medicamentos contra a AIDS, Tuberculose e Malária (UNITAID). Na ocasião, foi lançada a proposta da VSC (Contribuição Voluntária de Solidariedade), por meio da qual usuários de sítios de reservas de passagem, hotéis e aluguel de veículos na internet poderiam doar uma pequena quantia para a UNITAID.

TEMAS AMBIENTAIS

Em relação aos temas ambientais, na 9ª Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica (Bonn, Alemanha, maio), o Brasil liderou coalizão de países em desenvolvimento a favor de um acordo internacional que

garanta a repartição dos benefícios pelo uso da biodiversidade, combatendo a biopirataria. O Brasil participou ativamente das negociações de acordo internacional sobre responsabilidade por danos causados por organismos geneticamente modificados, no âmbito do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

No que tange à mudança do clima, o ano de 2008 foi marcado pelo início das negociações no âmbito do Plano de Ação de Bali, acordado no final de 2007, durante a 13ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Essas negociações foram presididas pelo Brasil. No plano interno, foram lançados o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Amazônia. Este último representa desdobramento de proposta brasileira apresentada na 12ª COP da UNFCCC de mecanismo para oferecer incentivos positivos para a redução de emissões provenientes de desmatamento em países em desenvolvimento (Programa de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação em Países em Desenvolvimento – REDD).

Em seguimento à proposta do Senhor Presidente da República de sediar a Rio+20, apresentada em 2007, a AGNU adotou, em novembro de 2008, resolução que solicita relatório do Secretário-Geral da ONU, com comentários dos estados membros, sobre a necessidade de que a Organização promova, vinte anos após a Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), nova cúpula sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

COMBATE A ILÍCITOS INTERNACIONAIS

No campo do combate aos ilícitos internacionais, o Brasil foi escolhido pela AGNU como sede do 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Penal, a realizar-se em abril de 2010, em Salvador, Bahia. No âmbito regional, realizou-se em Assunção, em 10 e 11 de janeiro, a 6ª Reunião do Mecanismo de Segurança 3+1 (entre Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos), sob a coordenação do Itamaraty. Com a Bolívia, acordou-se nota conjunta dos Ministros da Justiça do Brasil e da Bolívia, em novembro, em que se indica a disposição de fortalecer a cooperação bilateral no combate ao narcotráfico e a crimes conexos.

DEPARTAMENTO ECONÔMICO

O Departamento Econômico (DEC) coordenou, por meio de suas unidades, a participação do Brasil em negociações comerciais multilaterais, em especial as que se deram no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Articulou, ademais, a atuação do país junto a outras organizações internacionais dedicadas a temas econômico-comerciais, tais como Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Codex Alimentarius, Organizações de Produtos de Base e Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). Coordenou ainda a preparação para as discussões sobre temas econômicos em diversos foros bilaterais e apoiou as ações internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na área sanitária e fitossanitária. Em linha com as diretrizes do Governo brasileiro para a área comercial, a atuação do Departamento

esteve orientada pela necessidade de ampliar a participação do Brasil no comércio internacional, fortalecer o sistema multilateral de comércio e buscar a crescente inclusão dos países em desenvolvimento nas instâncias de tomada de decisões nos organismos internacionais correspondentes. Pautou-se, assim, pelo objetivo de influenciar a conformação de nova realidade nas relações econômicas internacionais, na qual estejam resguardadas condições favoráveis ao desenvolvimento.

A fim de estimular a aproximação e o debate sobre as relações econômicas internacionais entre o meio acadêmico brasileiro e o Ministério das Relações Exteriores e, por conseguinte, dotar de informações de qualidade o negociador brasileiro envolvido nas negociações comerciais em curso, o DEC promoveu em conjunto com a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e com o Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI) o I Seminário sobre Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais, realizado no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro.

A Coordenação-Geral de Organizações Econômicas (CORG) elaborou, em parceria com a Câmara de Comércio Exterior (Camex), o Relatório de Governo encaminhado à OMC referente à Quinta Revisão de Política Comercial (V TPR-Brasil). O relatório submete ao escrutínio dos demais membros da OMC as principais medidas comerciais adotadas pelo Governo nos últimos quatro anos. O conteúdo do relatório será debatido em Genebra, sede da OMC, em março de 2009. A CORG articulou, ainda, a preparação da delegação brasileira para a XII (XII UNCTAD), que teve lugar em Acra, Gana, de 20 a 25 de abril último.

A Divisão de Acesso a Mercados (DACCESS) acompanhou as negociações de bens industriais no contexto da Rodada Doha de negociações comerciais na OMC. O Brasil manteve alto perfil de atuação no âmbito das negociações, em estreita coordenação com outros países em desenvolvimento, para a consecução de resultado à altura do mandato de uma Rodada do Desenvolvimento. Com o propósito de incrementar o comércio Sul-Sul, o Brasil continuou a priorizar as negociações da Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC). Em abril de 2008, o Brasil participou ativamente do encontro de alto nível da XII UNCTAD, em Gana. Igualmente, com o objetivo de cooperar para que os países em desenvolvimento participem mais ativamente do sistema multilateral de comércio, a DACCESS, em coordenação com as demais áreas da SGET, realizou a segunda edição do curso de capacitação em negociações comerciais internacionais para países de língua portuguesa. Participou, ainda, de negociações sobre temas diversos da agenda bilateral com Estados Unidos, União Europeia, China e Rússia, entre outros.

Em 2008, a Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (DDF) coordenou a atuação brasileira nas negociações no Grupo Negociador de Regras (GNR) da Rodada de Doha, na OMC, relativas a antidumping, subsídios e subsídios à pesca. Em conjunto com os demais órgãos competentes do Governo brasileiro, apresentou documentos substantivos sobre pontos de interesse nacional nas negociações e preparou avaliação sobre as propostas dos demais países membros. A Divisão participou ativamente de diversas sessões formais e consultas plurilaterais do GNR na OMC. Cabe mencionar, também, as atividades de acompanhamento e assessoramento referentes às

investigações de defesa comercial (antidumping e medidas compensatórias) e salvaguardas iniciadas pelo Brasil contra terceiros países, bem como o trabalho de apoio à empresa nacional no caso de medidas adotadas contra as exportações brasileiras. Por fim, assinale-se a participação ativa da Divisão no Comitê do Aço, no Comitê da Defesa da Concorrência e nas reuniões do Entendimento Setorial Aeronáutico da OCDE. A Divisão também enviou representantes para participar na qualidade de observador “ad hoc” do Comitê de Créditos à Exportação daquela Organização.

A Divisão de Negociações de Serviços (DNS) dirigiu a participação do país nas negociações de serviços no âmbito da OMC e do Mercosul; participou dos esforços de revisão das diretrizes para o setor de aviação civil, no âmbito do Conselho de Aviação Civil (Conac); acompanhou as atividades da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI); e participou do Grupo de Trabalho sobre Transportes no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

A Divisão de Agricultura e Produtos de Base (DPB) atuou na coordenação da participação do Brasil nas negociações agrícolas da OMC, a fim de alcançar uma conclusão satisfatória para a Rodada Doha. Participou das atividades de coordenação com os demais países do G-20 e manteve diálogo estreito com outros ministérios e demais interlocutores nacionais, com vistas à definição e à execução da política agrícola brasileira. Também participou dos trabalhos no âmbito do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, do Codex Alimentarius e de organizações de produtos de base, como a Organização Internacional do Café (OIC), do Açúcar (OIA), do Cacau (OICacau) e das Madeiras Tropicais (OIMT). No âmbito bilateral, participou de negociações comerciais, sanitárias e fitossanitárias para abertura e manutenção de mercados para os produtos agrícolas brasileiros.

A Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC) coordenou a participação brasileira nos seguintes contenciosos no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC: subsídios à exportação de açúcar, movido contra a UE – monitoramento do processo de implementação; subsídios ao algodão, movido contra os EUA – fase de apelação do painel de implementação e início dos procedimentos de arbitragem para determinação do montante e modalidades de contramedidas; proibição brasileira à importação de pneus reformados, movido pela UE contra o Brasil – arbitragem para determinação do prazo razoável de implementação e participação no processo interno de implementação; medida antidumping sobre resina PET, movido pela Argentina contra o Brasil – etapa de painel até a suspensão do caso; subsídios agrícolas norte-americanos, movido pelo Brasil e Canadá contra os EUA – etapa preparatória e estabelecimento de painel; e medida antidumping sobre suco de laranja, movido contra os EUA – pedido de consultas. Além desses casos, a CGC atuou em diversos contenciosos na OMC nos quais o Brasil ingressou como terceira parte.

A Divisão de Propriedade Intelectual (DIPI) coordenou a atuação brasileira relativa aos temas de propriedade intelectual junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), à OMC, à Organização Mundial de Aduanas (OMA) e ao G-8+5/Processo de Heiligendamm, bem como tomou parte em reuniões bilaterais com Estados

Unidos e Comunidades Europeias. As principais evoluções nos foros multilaterais foram a realização da primeira reunião do Comitê sobre Propriedade Intelectual e Desenvolvimento, no âmbito da OMPI, resultado dos esforços brasileiros para a aprovação da Agenda do Desenvolvimento, e a negociação das três modalidades do acordo de TRIPS, na OMC, que contempla a revelação da origem de patrimônio genético em pedidos de patentes. Dignas de nota são as atividades rotineiras da DIPI de pronunciar-se sobre cláusulas de propriedade intelectual em acordos internacionais, bem como de defender nomes da cultura e biodiversidade brasileiras de apropriação indevida, como o registro da marca “rapadura”, abandonado após negociações com a empresa alemã.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS

A Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros (CGFIN) participou da Conferência de Doha para a Revisão da Implementação do Consenso de Monterrey, documento assinado em 2002, por meio do qual os países desenvolvidos e em desenvolvimento assumiram compromissos diferenciados para financiar o desenvolvimento das nações. Em Doha, acordou-se a realização de Conferência da ONU, para se discutir a crise financeira e econômica mundial e seus impactos no desenvolvimento. A CGFIN deverá cuidar da preparação do evento e da participação brasileira.

Participou das negociações para a realização de acordos de cooperação financeira entre o Brasil e a Alemanha. Foi assinado em maio acordo sobre o projeto “Programa de Crédito Energias Renováveis”, a ser desenvolvido pelo BNDES. Também em maio foi assinado acordo com doações para programas relacionados a meio ambiente e cooperação trilateral para combate à AIDS. Em agosto, foi finalizada troca de notas de ajuste ao Acordo sobre Cooperação Financeira 2000/2001, que incorpora mais recursos ao desenvolvimento de pequenas centrais hidrelétricas em parceria com a Eletrobrás. Em 30 de dezembro, foi concluída a troca de notas referente ao Programa de Energias Renováveis, por meio do qual serão repassados até 100 milhões de euros ao BNDES, para financiar a construção de usinas eólicas.

Juntamente com a Receita Federal, participou das negociações que culminaram, em 23 de julho, na assinatura do Acordo para Evitar Dupla Tributação em matéria de Renda entre Brasil e Trinidad e Tobago. O acordo se encontra no Congresso Nacional, para ratificação.

O Brasil presidiu o G-20 Financeiro em 2008. A CGFIN acompanhou o Ministério da Fazenda nas reuniões ocorridas durante o ano. Em função da crise financeira internacional, o G-20 adquiriu status de foro privilegiado para debates sobre as ações de combate ao problema. Foi realizada em São Paulo, no mês de novembro, a reunião anual dos ministros das finanças e governadores de bancos centrais do grupo, que se converteu em evento de deliberações sobre a crise. Participou, ainda, da primeira reunião de cúpula do G-20, realizada em novembro, em Washington, quando foi emitido documento com 47 medidas de curto e médio prazos para o enfrentamento da crise internacional e acompanhou a primeira reunião de coordenação dos ministros das finanças dos países BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China, ocorrida em novembro.

DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

A agenda de negociações comerciais extra-regionais do Mercosul é conduzida pelo Departamento de Negociações Internacionais (DNI). Estão entre as atividades desempenhadas a coordenação com os órgãos governamentais competentes na esfera das negociações comerciais internacionais do Brasil com vistas a articular e preparar posições negociadoras oficiais, a coordenação intra-Mercosul para o tratamento de temas de sua agenda negociadora extra-regional e a participação nas reuniões de negociação de acordos comerciais com países ou blocos extra-regionais.

Durante o ano, coordenou os preparativos para envio ao Congresso Nacional do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, assinado em dezembro de 2007 – o primeiro acordo de livre comércio firmado pelo Mercosul com parceiro extra-regional -, bem como acompanhou a aprovação, nas duas casas do legislativo federal, do Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia. Esteve envolvido, igualmente, nas negociações dos Acordos-Quadro Mercosul-Turquia e Mercosul -Jordânia, para o estabelecimento de áreas de livre comércio com aqueles parceiros, assinados em junho de 2008, à margem da Cúpula do Mercosul realizada em Tucumán, na Argentina.

Participou de reunião de altos funcionários Mercosul -UE para explorar a possibilidade de retomada das negociações de Acordo de Associação entre os dois agrupamentos. Participou, ademais, da Cúpula Mercosul -UE, à margem da Cúpula América Latina-Caribe e União Européia, realizada em Lima, Peru.

O DNI participou de rodada de negociação que resultou na conclusão do Acordo de Comércio Preferencial Mercosul -SACU (União Aduaneira da África Austral, que congrega África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia) assinado pelos Ministros do Mercosul, à margem do XXXVI Conselho do Mercado Comum, realizado na Costa do Saúpe, em dezembro. O referido Acordo será assinado pelos Ministros da SACU, à margem da próxima Reunião do Conselho da SACU, em abril de 2009, quando estará pronto para ser internalizado e implementado nos nove países dos dois blocos.

Por ter o Brasil ocupado, no segundo semestre, a Presidência pro-tempore do Mercosul, coube ao DNI a chefia da delegação do bloco às rodadas de negociação de acordos comerciais realizadas com a Turquia, o Egito, a Jordânia e o Marrocos, além da coordenação dos trabalhos para a conclusão de textos normativos para as negociações de acordos de livre comércio extra-regionais do Mercosul. Coube, ainda, o acompanhamento das providências de desativação da Secretaria Administrativa da ALCA, em Puebla, no México. Participou das negociações Mercosul-Coréia com vistas à criação de Grupo Consultivo de Alto Nível para a promoção do comércio e investimentos entre as duas partes. Deu-se seguimento à negociação da proposta de “Convênio de Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Federação Russa”. Organizou e coordenou, em novembro, a I Reunião Ministerial Mercosul -Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático), passo inicial para a aproximação econômica e comercial entre os dois blocos. Organizou, ainda, a I Reunião do Grupo Consultivo Mercosul -Cingapura, realizada à margem da Ministerial Mercosul -Asean.

Deu continuidade aos contatos regulares com entidades de classe do setor produtivo nacional para coleta de informações sobre interesses específicos e sensibilidades setoriais das diferentes cadeias produtivas domésticas nas negociações comerciais em curso.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo

A Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo (CGAP) é responsável pela execução do projeto de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Gerenciamento Integrado dos Projetos de Execução Nacional.

Coordenação-Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento

Gerências de África, Ásia, Oceania, Leste Europeu e América Latina

As Gerências de África, Ásia, Oceania, Leste Europeu, América Latina e Caribe acompanharam a execução de 236 sub-projetos e atividades isoladas implementadas nos seguintes países: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Burquina Faso, Botsuana, Cabo Verde, Egito, Gabão, Cameroun, Gana, Chade, Guiné Bissau, Gâmbia, Lesoto, Mali, Moçambique, Marrocos, Nigéria, Namíbia, Quênia, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Zâmbia, Zimbábue, Costa Rica, Belize, Barbados, Cuba, El Salvador, Granada, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Santa Lúcia, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela, Timor Leste, China, Líbia, Palestina, Países Árabes, Vietnã, França e Papua Nova Guiné, sob os aspectos de prospecção de atividades a serem desenvolvidas, execução e avaliação do trabalho.

As ações se concentraram nas áreas de agricultura, formação profissional, educação, justiça, esporte, governo eletrônico, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidentes de trabalho, desenvolvimento urbano, tráfego aéreo, turismo e direito.

Ao longo do exercício foram gastos, nessa cooperação, recursos da ordem de US\$ 6,98 milhões originários dos projetos assinados entre o governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Foram firmados 36 Ajustes Complementares, 7 Protocolos de Intenções e 8 Memorandos de Entendimento, para Cooperação Técnica entre o Brasil e os países da América do Sul, Central e Caribe.

Coordenação-Geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio Ambiente

Os trabalhos de cooperação técnica desempenhados pela CGMA centraram-se no setor de agropecuária, com projetos que objetivaram a transferência de técnicas de cultivo ou

criação animal. Nesse setor, destacaram-se dois grandes programas: programa estratégico de cooperação para o Haiti, que contempla um grupo de aproximadamente 40 projetos de cooperação nas áreas de agricultura e segurança alimentar; negociação, com implementação programada para 2009, do projeto Cotton-4, em parceria com a Embrapa, na área de cotonicultura.

No setor de biocombustíveis, a realização da I Semana do Etanol, entre os dias 1 e 5 de setembro em Araras-SP, organizada pela ABC/CGMA em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com a Universidade Federal de São Carlos, que contou com a presença de mais de 60 profissionais de 25 países da América Latina e da África.

Coordenação-Geral de Cooperação em Tecnologia da Informação, Governança Eletrônica, Defesa Civil, Urbanismo e Transporte

A CGTI Concentrou suas atividades nos setores da tecnologia da informação e governança eletrônica. Um projeto de grande êxito foi a conclusão do telecentro de Luanda. Além da capacitação de técnicos angolanos, o projeto possibilitou a atualização dos equipamentos do telecentro e a obtenção de fornecimento de sinal de internet para os computadores. Na área do urbanismo, destaca-se o projeto para conservação da arquitetura tradicional de centros e conjuntos históricos e da paisagem cultural de El Salvador e a capacitação de técnicos salvadorenos nos métodos de conservação das estruturas à base de terra, típicas das construções históricas do país.

Coordenação-Geral de Cooperação em Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Formação Profissional

Coordenou 45 ações de cooperação na área de saúde, dentre estas, destacam-se os projetos que viabilizaram a implementação de Bancos de Leite Humano em países da América Latina e do Caribe. O impacto positivo deste projeto revela-se pelos resultados já alcançados com a política nacional de criação de Bancos de Leite Humano. A Rede Brasileira de Bancos de Leite é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Destaca-se, ainda, a elaboração de projeto na área de nutrição que visa a transferência de técnicas de preparo de alimentos tendo por base a utilização de seus subprodutos, como cascas e sementes, proporcionando redução do desperdício e melhoria na qualidade das refeições consumidas por populações de baixa renda, intitulado "Cozinha Brasil-Nome do país estrangeiro".

No que tange à cooperação na área de formação profissional, além de coordenar as atividades dos quatro centros de formação profissional que mantém, em parceria com o Senai, no Paraguai, em Cabo Verde, Angola e Timor-Leste, ressalta-se a assinatura de projeto com a Colômbia para capacitação de profissionais do setor moveleiro.

Nos demais setores, a Agência Brasileira de Cooperação executou 29 ações nas áreas de formação profissional, educação e desenvolvimento social. Dentre as principais atividades, cabe mencionar a transferência para países africanos da metodologia de programas que alcançaram grande êxito no Brasil, como o Alfabetização Solidária e o Bolsa-Família.

Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral

A Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral - CGRM deu seguimento à coordenação e supervisão de programas de cooperação técnica mantidos entre o Brasil e organismos internacionais. Os referidos programas têm sido instrumentais para apoiar iniciativas inovadoras para o desenvolvimento nacional. Dentre os principais temas cobertos por essas parcerias, caberia ressaltar: geração de emprego e renda em áreas urbanas e rurais; meio ambiente, desenvolvimento social (incluindo crianças/jovens, relações do trabalho, equidade de gênero, direitos humanos e minorias); educação, saúde, administração pública; pequenas e médias empresas. Essas iniciativas têm permitido estruturar instituições públicas e da sociedade civil de forma a desempenhar suas atribuições com maior efetividade, dentro da ótica de aceleração do processo de desenvolvimento nacional. Durante o exercício, a Agência Brasileira de Cooperação participou diretamente da aprovação ou revisão de 263 instrumentos de diversas naturezas relacionados à cooperação técnica multilateral e do acompanhamento de aproximadamente 275 projetos e 150 atividades. No tocante aos desembolsos realizados pelos referidos projetos, dados preliminares indicam um montante próximo a US\$ 350 milhões.

Caberia registrar o trabalho da CGRM na preparação de documentos (análises, subsídios e pareceres) e participação em delegações oficiais nos seguintes eventos internacionais: Reunião dos Ministros de Desenvolvimento do G-8 + G-5; Conferência Regional da FAO; Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-União Européia; palestras para delegações de São Tomé e Príncipe e do Quênia sobre a gestão da Cooperação Técnica Internacional; Conselho da OIMT; Junta Executiva do PNUD/FNUAP; Fórum de Alto Nível de Acra sobre Efetividade da Assistência ao Desenvolvimento; Reunião Regional da OEA; Reunião de Alto-Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE; Assembléia Geral das Nações Unidas (segmento das Atividades Operacionais para o Desenvolvimento).

Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral

A Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral (CGRB) negociou e coordenou a execução de programas e projetos em consonância com as prioridades e diretrizes do Governo brasileiro para o benefício de instituições nacionais por meio de cooperação técnica em áreas como meio ambiente, agricultura, saúde, administração pública, trabalho, promoção do tecido econômico e desenvolvimento social.

Cerca de 160 instituições de governo, nos níveis federal, estadual e municipal, e setores da sociedade civil receberam transferência de tecnologia, de conhecimento, metodologias e técnicas facultadas por parceiros como o Japão, Alemanha, Canadá, Espanha, Itália, França, Países Baixos, Reino Unido, Estados Unidos. Ao todo, a CGRB coordenou uma carteira de 118 projetos de cooperação técnica, além de estabelecer entendimentos acerca de novos projetos e atividades negociados no âmbito de Acordos de cooperação técnica com diferentes países.

As ações de cooperação recebida bilateral movimentam um

orçamento estimado em US\$ 140 milhões, com participação de US\$ 60 milhões de recursos externos, a fundo perdido, destinados ao pagamento de serviços de consultoria, treinamentos e doação de equipamentos. Adicionalmente, são identificados recursos da contrapartida nacional na ordem de US\$ 80 milhões, das instituições brasileiras que oferecem infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos para o desenvolvimento de atividades no âmbito dos projetos de cooperação técnica.

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL

PAC

Foram realizados roadshows de divulgação de projetos prioritários do PAC junto a investidores institucionais nos Estados Unidos (em junho, foram percorridos Atlanta, São Francisco e Nova York) e na Europa (em novembro, foram percorridos Lisboa, Londres, Madri e Frankfurt). Em maio, foi realizada missão do setor portuário a Houston, Los Angeles e Nova York, igualmente voltada para a apresentação de oportunidades a investidores institucionais.

Juntamente com a Secretaria Especial de Portos, em novembro, em Brasília, foi realizado o Seminário Internacional "Abertura dos Portos às Nações Amigas: 200 anos de Comércio e Cooperação" que reuniu todos os atores relevantes na área de logística portuária no país, viabilizando amplo debate e construção de propostas de trabalho com autoridades portuárias de sete outros países (Alemanha, Bélgica, China, Cingapura, Estados Unidos, Espanha e Países Baixos).

Missões Empresariais

O Departamento de Promoção Comercial organizou a vertente empresarial de 10 visitas do Senhor Presidente da República ao exterior, a saber: Holanda, Peru, El Salvador, Vietnã, Indonésia, Colômbia, Argentina, Índia, Moçambique e Itália. Organizou, ainda, missões empresariais que acompanharam o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em suas visitas ao Vietnã, Cingapura, Cuba e Irã. Por fim, organizou missões à Índia, Ucrânia e Rússia, lideradas pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pelo Secretário-Executivo daquela Pasta.

Atividades nas áreas de Inteligência e Informação Comercial

Cumprir destacar: estudo sobre o fluxo atual do comércio entre o Brasil e a África, inclusive do ponto de vista logístico; estudos sobre o potencial exportador brasileiro para a Índia, focado em entraves e oportunidades hoje existentes e sugestões de ação governamental para alavancar as exportações brasileiras para aquele país; e edição de 7 novos números da série "Como Exportar": Argentina, Croácia, Guatemala, Japão, República Dominicana, Rússia e Turquia.

Programa de Substituição Competitiva de Importações

Foram organizados eventos empresariais no Equador, Bolívia e Peru. Procedeu-se a levantamento do perfil do comércio de serviços dos países da América do Sul e à realização de

dezenas de estudos de mercado para produtos da oferta exportadora dos países sul-americanos no mercado brasileiro.

Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos, IBAS

O Departamento colaborou na redação conjunta, em Nova Delhi, de Memorando de Entendimento sobre Facilitação do Comércio, assinado na Reunião de Cúpula de que participou o Senhor Presidente da República, em novembro. Produziu, ainda, levantamento sobre o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), com foco na identificação de dados de investimentos em geral e de serviços em particular, com vistas ao adensamento do comércio com a África do Sul e a Índia.

DEPARTAMENTO CULTURAL

DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR

O Programa de Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no exterior é administrado pelo Departamento Cultural a quem compete propor, em coordenação com os departamentos geográficos do Itamaraty, as diretrizes de política exterior no âmbito das relações culturais e educacionais, promover a língua portuguesa, negociar acordos, difundir externamente informações sobre a arte e a cultura brasileira e divulgar o Brasil no exterior.

Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros

A cooperação educacional constitui importante instrumento de política externa brasileira. Nesse contexto, destacam-se os Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Foram selecionados 1.048 estudantes estrangeiros para iniciarem em 2009 seus cursos no âmbito dos dois Programas.

O Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), administrado pela Divisão de Temas Educacionais (DCE/MRE) e pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), oferece vagas gratuitas em universidades brasileiras para cursos de graduação. O PEC-G beneficia 46 países em desenvolvimento da América Latina, do Caribe da África e da Ásia. Dele participam, com o oferecimento de vagas nos diversos cursos de graduação, 84 Instituições de Ensino Superior brasileiras. Foram selecionados 819 alunos de um total de 1593 candidatos. Dentre os estudantes do PEC-G cerca de 147 receberam bolsas de estudos MRE, benefício no valor de R\$ 500,00 mensais, concedido aos que passam por comprovada carência financeira. O dispêndio total com as referidas bolsas em 2008 foi de R\$ 684 mil.

A Bolsa Mérito MRE, criada em agosto de 2007 e destinada a premiar os alunos do PEC-G que apresentem desempenho acadêmico excepcional, cresceu 251% no ano de 2008 em número de estudantes beneficiados. O valor da bolsa é de R\$ 500,00 mensais, e foram agraciados 102 alunos. O aumento considerável de beneficiados reflete a intenção do Brasil de atrair os melhores alunos das nações em desenvolvimento e de consolidar no exterior a imagem de

pólo significativo de destino de estudantes, sobretudo em razão da excelência acadêmica do sistema de Ensino Superior brasileiro. O dispêndio total com as bolsas Mérito foi de R\$ 306 mil .

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), administrado conjuntamente pela DCE/MRE, pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), oferece ingresso facilitado em cursos de Mestrado ou de Doutorado em Universidades brasileiras e bolsas de estudos financiadas pela Capes ou pelo CNPq, bem como passagem de regresso ao país de origem, custeada pelo MRE, ao final do curso. O PEC-PG recebeu 585 candidaturas e foram selecionados 229 estudantes, sendo 106 para Mestrado e 123 para Doutorado.

Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior

A Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx) é composta por 21 Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), 7 Institutos Culturais, 51 Leitorados e 2 Cursos de Português em Vice-Consulados (Artigas e Rio Branco), que registraram aproximadamente 25.000 matrículas em 2008. Ademais, a RBEx apoia três escolas públicas estrangeiras, chamadas “Escuela República del Brasil”, em São Domingos, Assunção e São Salvador, mediante a contratação de professores para ministrar aulas de Língua Portuguesa. Repassaram-se para a RBEx US\$ 5.467.529,08, para manutenção e desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais. Os CEBs arrecadaram aproximadamente US\$ 930.000,00 a título de Renda Cultural. Deu-se início ao processo de abertura de dez (10) novos Centros de Estudos Brasileiros, dos quais seis (6) foram inaugurados, em Porto Príncipe, Panamá, São Domingos, São Tomé e Príncipe, Praia e Pretória, e quatro (4) estão em diferentes estágios de instalação, no Timor-Leste, Nigéria, Tunísia e Guatemala. Os CEBs, para refletir seu crescente papel como difusores não só da língua, como também da cultura brasileira, passaram a ser denominados Centro Cultural Brasil - País Sede.

Além de manter os cursos regulares de língua portuguesa e cultura brasileira da RBEx, a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) deu continuidade à atualização das bibliotecas das unidades da Rede e de outras instituições dedicadas ao ensino da língua portuguesa no exterior; apoiou intensa Programação Cultural dos CEBs, que envolveu recursos da ordem de US\$ 206 mil; coordenou, com a Capes, o processo de seleção de leitores e acompanhou as atividades por estes desempenhadas; foram abertos nove (9) leitorados brasileiros em universidades estrangeiras, na Argentina, Nicarágua, Nigéria, Moçambique, Guiné-Bissau, China, Alemanha, Eslovênia e Croácia. Foram, ainda, inaugurados, em parceria com o Ministério da Cultura, dois Pontos de Cultura no Exterior, em São Francisco e em Miami.

A DPLP apoiou a SESU/MEC no processo de credenciamento, no exterior, de 8 novos Postos aplicadores do exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), cujo número passou de 37 para 45. Todos os Centros Culturais e Institutos Culturais são postos aplicadores do exame.

Fomento a Eventos de Divulgação do Brasil no Exterior e Gestão e Administração do Programa

Difusão Cultural Geral

No ano de 2008 foram realizados, em maior número, eventos de difusão da música brasileira, popular e erudita, seguidos por iniciativas nas áreas de artes visuais, literatura, dança, capoeira, gastronomia e artes cênicas. Procurou-se privilegiar as programações anuais dos postos, levando-se em conta a necessidade de atender às prioridades da política externa e de contemplar a importância do público dos grandes centros. Foram também contempladas, na medida do possível, solicitações de apoio encaminhadas por artistas diretamente à Secretaria de Estado.

A atuação da Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC) se concretizou na forma de concessão de passagens aéreas, pagamento de cachês, hospedagem e despesas de produção local de exposições, shows, edição de livros e CDs. Dentre os principais eventos de divulgação da cultura brasileira no exterior realizados no âmbito de atuação da DODC, devem ser destacados: a) Concertos de comemoração dos 50 Anos da Bossa Nova, que tiveram lugar em La Paz, São Francisco, Buenos Aires, Cingapura, Moscou, Chicago, Madri, Ottawa e Rivera; b) Eventos relativos ao Bicentenário da chegada da família real ao Brasil, em Lisboa e Santiago; c) Apoio à oficina de música e capoeira de Claudio Kron em Acra, Gana; d) Exposições comemorativas do Centenário do arquiteto Oscar Niemeyer, realizadas em Londres, Santiago, São Salvador, Assunção e Washington; e) Exposição “Cores do Silêncio”, voltada principalmente aos deficientes visuais, realizada em Berna, Seul, e Bangkok; f) Exposição “Quilombolas”, montada em Assunção; g) Eventos comemorativos dos Centenários de Guimarães Rosa (nascimento) e Machado de Assis (falecimento), em Budapeste, Londres, Roma, Madri, Berlim, Haia e Paris; h) Participação no “Raw” – Festival de Arquitetura em Londres; i) Participação na V Bienal de Cultura de São Tomé e Príncipe; e j) Apresentação do grupo “Tambor de Crioula”, do Maranhão, em Uagadugu (Burkina Faso).

A DODC contribuiu também para a realização de três grandes festivais de cultura brasileira, que aconteceram na Rússia (Moscou), Índia (Nova Delhi e Goa) e Bulgária (Varna), reunindo manifestações culturais diversas e contando com grande repercussão de mídia e público. E, nas visitas presidenciais à Haia e Nova Delhi, patrocinou, respectivamente, os shows da Velha Guarda e da Orquestra SpokFrevo. Em Nova Delhi, no âmbito da Cúpula IBAS, teve lugar o Festival Gastronômico IBAS, com participação de “Chef” brasileiro.

Divulgação Cultural

Foram impressas as versões em inglês, espanhol e russo da publicação Textos do Brasil n. 13 – “Sabores do Brasil”; as edições em português, inglês e espanhol da publicação Textos do Brasil n. 14 – “Capoeira”; as edições em inglês, em espanhol e em mandarim da publicação Biocombustíveis no Brasil: Realidades e Perspectivas; edição em português com as monografias vencedoras do concurso Itamaraty para a literatura brasileira sobre a obra de Lima Barreto; livro de arte bilíngüe a respeito das Igrejas Históricas do Rio de Janeiro; e catálogo da Exposição Oscar Niemeyer.

Foram distribuídos aos postos no exterior 13.457 exemplares de publicações produzidas pela Divulg e 36.901 exemplares de publicações editadas por órgãos e empresas, além de 01 exemplar de *"Itinerarios Culturales"*, 01 exemplar da revista "Poesia Sempre", 01 exemplar da revista "O Escritor", 105 exemplares da revista "FURNAS", 06 exemplares de "A Fábrica do Feminino", 05 exemplares de CD "Música Popular Brasileira", 20 exemplares de "Enciclopédia de Música Popular Brasileira" e 01 exemplar do CD "O Raro Villa Lobos".

Esse amplo esforço de distribuição objetiva fornecer material de divulgação atualizado e diversificado às representações diplomáticas do Brasil no exterior, que os redistribuem a formadores de opinião, a universidades e a centros culturais vinculados a Embaixadas e Consulados. Cumpre observar, ademais, que expressivo número de material de divulgação foi distribuído por ocasião dos lançamentos das edições da publicação "Textos do Brasil", em que se agregam outras atividades para ampliar a divulgação cultural brasileira no exterior. Em 2008 ocorreram lançamentos da publicação em Washington, Luanda e Bogotá.

O Programa Formadores de Opinião (PFO) teve três edições, com foco na cultura brasileira, trazendo ao todo 11 formadores de opinião estrangeiros ao Brasil. Vieram ao país, no âmbito do Programa, dois agentes culturais indianos, quatro curadores de diferentes museus estadunidenses e cinco jornalistas culturais japoneses. Foram visitadas instituições como Ancine, Funarte, Nós do Morro, Companhia de Dança Deborah Colker, Lia Rodrigues Companhia de Danças, Instituto Moreira Salles, Escola de Artes Visuais do Parque Lage, SESC-SP, TeatroDança Ivaldo Bertazzo, Galeria Brito Cimino, Ballet Stagium, FAAP, Pinacoteca do estado de São Paulo, Centro Cultural Banco do Brasil, MAC-Niterói, Ateliê Christian Cravo Jr., Instituto de Arte Contemporânea (IAC), Museu de Arte Brasileira (MAB), Instituto Tomie Ohtake, Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), Centro Design Rio e Inhotim, entre outros.

Foi promovida a itinerância da Exposição Amrik: Presença Árabe na América do Sul em Ramalá (Palestina), Alexandria (Egito), Túnis (Tunísia) e Isla Margarita (Venezuela); da Exposição Cartunistas da América do Sul, na Cidade do México; e da Exposição Oscar Niemeyer, em Washington – DC (EUA).

Difusão do Audiovisual

A Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV) desempenhou sua função de promoção do cinema brasileiro no exterior, com ênfase na organização de mostras de cinema brasileiro, bem como no apoio à participação brasileira em festivais internacionais (competitivos ou de simples representação cultural). Os gastos efetuados traduziram-se, entre outros, em concessão de passagens aéreas e prêmios, montagem de salas de exibição, transporte de filmes, compra de DVDs de filmes brasileiros, impressão de material gráfico, coquetéis de inauguração, serviço de exibição digital de filmes, organização de mostras de cinema brasileiro. Foram realizadas 9 grandes mostras, nas cidades de Washington, Buenos Aires, Lima, Montevideu, Santiago, Assunção, Quito, Caracas e Bogotá.

A DAV apoiou cerca de 130 iniciativas de promoção do cinema brasileiro no exterior, entre as quais destacam-se o

Brazilian Film Festival em Miami e Nova York, o Festival Internacional de Cinema de Berlim, o Festival Internacional de Cinema de Roma, o Festival Internacional de Cinema de Mar del Plata, o X Festival de Cinema Brasileiro de Paris, o Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano, em Cuba; o Festival Internacional de Cinema de Washington e o Toronto International Latin Film Festival.

Cabe mencionar, também, a realização do III Prêmio Itamaraty para o Cinema Brasileiro, que premiou um filme de longa e um de curta-metragem.

GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA

Manutenção do Cerimonial

O Cerimonial organizou as visitas ao Brasil de 18 Presidentes, 01 Rei, 05 Primeiros-Ministros, 02 Vice-Presidentes, 01 Príncipe Herdeiro, 23 Chanceleres, 07 Ministros, 06 Vice-Chanceleres, 03 Secretários-Gerais de Organizações Internacionais e 11 outras autoridades de alto nível que aqui estiveram a convite do Governo brasileiro. Organizou, igualmente, 191 eventos, relacionados ou não com as visitas acima mencionadas, dos quais 137 almoços, 04 jantares, 35 cafés da manhã, 13 coquetéis e 02 serviços de taças de champanhe. Da mesma forma, incumbiu-se da organização das 34 visitas do Senhor Presidente da República ao exterior.

Na qualidade de Secretaria da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e da Ordem de Rio Branco, fez entregar, no exercício, 234 condecorações e diplomas a personalidades estrangeiras e brasileiras; organizou, em coordenação com o Cerimonial da Presidência da República, 29 cerimônias de entrega de Cartas Credenciais de Embaixadores estrangeiros ao Senhor Presidente da República; e preparou 19 cerimônias de despedida de Embaixadores estrangeiros, das quais 16 foram impostas, com base no princípio da reciprocidade, insígnias das Ordens Nacional do Cruzeiro do Sul e Rio Branco aos homenageados. Os Embaixadores agraciados representavam os seguintes países: Áustria, Bélgica, Cameroun, Colômbia, Egito, Espanha, Guiana, Israel, Marrocos, Panamá, Portugal, República da Coreia, República Tcheca, Sri Lanka, Sudão e Uruguai. Também confeccionou e remeteu às Missões Diplomáticas no exterior 49 Cartas Credenciais e Revocatórias de Embaixadores brasileiros.

O Cerimonial prestou apoio às 107 Missões Diplomáticas sediadas em Brasília, às 2 Representações Especiais (Comissão Européia e Autoridade Nacional Palestina), às 38 Organizações Internacionais com sede ou representação no Brasil e às 154 repartições consulares estrangeiras de carreira em todo o país. Nessa atividade, foram emitidos ou renovados 2.165 Certificados de Registro de Propriedade de Veículos nacionais e estrangeiros; processados 2.494 formulários para desembaraço aduaneiro para importações e exportações; emitidas 1.842 Carteiras de Identidade; processado um total de 5.412 solicitações referentes tanto à isenção do ICMS, incidente sobre telecomunicações e eletricidade, como à restituição do tributo incidente, e.g., sobre combustíveis; processados 62 pedidos de matrícula de cortesia em estabelecimento de ensino superior; e, finalmente, encaminhadas ao Hospital das Forças Armadas 96 solicitações de atendimento ao Corpo Diplomático.

ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR

Assistência Consular a Brasileiros

A Assistência Consular insere-se nas atribuições gerais do serviço consular de proteger os interesses e os direitos dos nacionais brasileiros no exterior, em consonância com as legislações do Brasil e dos países onde a assistência é prestada. Nesse âmbito, a ação tem, entre outras, a finalidade mais específica de assistir brasileiros desvalidos no exterior, mediante recursos concedidos caso a caso para despesas de caráter pontual com alimentação, acomodação, transporte e repatriação. Inclui também orientação e assistência jurídica por meio de advogados contratados para esse fim pelas repartições consulares, com ênfase na assistência a brasileiros presos.

A ação foi executada sob a forma tradicional de envio de recursos em moeda de curso internacional – dólares norte-americanos – aos Postos no exterior. Os recursos são solicitados na medida das necessidades e sua liberação ocorre após criteriosa análise das solicitações pela Secretaria de Estado da Relações Exteriores. Obedecendo a esses parâmetros, as repartições consulares atenderam cerca de 9 mil brasileiros ao longo do ano.

As verbas em 2008 possibilitaram a renovação dos contratos já existentes de assistência e orientação jurídica, bem como a contratação desse serviço para Postos que deles ainda não dispunham. Contam atualmente com tais serviços as seguintes repartições: Embaixada em Ancara, Vice-Consulado em Artigas, Consulado-Geral em Buenos Aires, Consulado-Geral em Ciudad del Este, Consulado em Ciudad Guayana, Vice-Consulado em Cobija, Embaixada em Dacar, Consulado-Geral em Genebra, Vice-Consulado em Ercarnación, Embaixada em Lima, Consulado-Geral em Lisboa, Consulado-Geral em Miami, Consulado-Geral em Nagoia, Consulado-Geral em Nova York, Embaixada em Paramaribo, Vice-Consulado em Puerto Ayacucho, Consulado-Geral em Rotterdam, Vice-Consulado em Salto del Guairá, Consulado-Geral em Santa Cruz de La Sierra, Vice-Consulado em Santa Elena de Uairén, Consulado-Geral em São Francisco, Embaixada em Tel-Aviv, Consulado em Toronto, Embaixada em Washington e Consulado-Geral em Zurique.

Atendimento Consular

O atendimento consular tem por finalidade manter e aprimorar as atividades relacionadas ao apoio a brasileiros e modernização dos procedimentos burocráticos dos Consulados e Embaixadas do Brasil, especialmente no que diz respeito ao sistema de controle e emissão de documentos de viagem e demais documentos consulares, de forma a propiciar aos usuários do serviço consular brasileiro, com rapidez e eficiência, documentos seguros que atendam aos novos padrões internacionais.

Os recursos dessa ação foram destinados à criação e manutenção de sistemas informatizados e à aquisição de equipamentos e materiais (cadernetas de passaportes, laminados de segurança e etiquetas auto-adesivas) para os serviços de atendimento nas repartições consulares no exterior, com vistas à emissão de documentos de viagem, como passaportes (comum, para estrangeiros e de

emergência); autorizações de retorno ao Brasil; carteira de matrícula consular; “*laissez-passer*” e vistos, bem como para a prestação de serviços notariais e prática de atos de registro civil. Contemplam, também, a emissão de passaportes diplomático e oficial no exterior e no Brasil.

No que diz respeito ao desenvolvimento do novo Sistema Consular Integrado (SCI), encontra-se em fase de gradual implantação em três consulados brasileiros, para aprimoramento e ajustes finais prévios à sua expansão aos demais Postos. Esse projeto, que integrará em rede informatizada praticamente todos os serviços de controle e emissão de documentos consulares e de viagem, vem sendo regularmente executado segundo as etapas previstas. As últimas versões dos programas produzidos pelo Serpro permitem antecipar a plena e satisfatória funcionalidade do SCI no decorrer de 2009, o que representará um importante salto qualitativo na forma de prestação de serviços consulares pelo Itamaraty.

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR

A Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior é composta por 3 Departamentos e 2 Coordenações-Gerais, a saber, o Departamento do Serviço Exterior (DSE), o Departamento de Administração (DA), o Departamento de Comunicações e Documentação (DCD); a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (COF) e a Coordenação-Geral de Modernização (CMOR).

Ao Departamento do Serviço Exterior (DSE) corresponde a meta-função de Administração do Serviço Exterior, composta fundamentalmente por três vertentes: Administração do Pessoal, Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos e Administração Financeira da área de pessoal. Cada uma dessas funções incumbe a uma das unidades administrativas que formam o Departamento, quais sejam, a Divisão do Pessoal (DP), a Divisão de Pagamentos de Pessoal (DPAG), e a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento (DTA).

À Divisão do Pessoal, cabe cuidar de providências relacionadas à lotação e movimentação do pessoal, formalização e publicação de atos diversos, manutenção e atualização de dados cadastrais. Efetuaram-se remoções de 500 funcionários, incluindo Diplomatas, Oficiais e Assistentes de Chancelaria e integrantes demais servidores do Quadro ou Tabela Permanentes do MRE.

A Divisão de Pagamentos de Pessoal ocupou-se de gerenciamento da folha de pagamentos dos servidores do Ministério, registro e processamento de vantagens e benefícios legais, acompanhamento e pagamento de contratos de transporte de bagagens, processamento de diárias no país e no exterior, contabilidade, bem como, conjuntamente, de atendimento ao público.

A Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento implementou, em colaboração parcial com instituições de ensino do Distrito Federal, ações de capacitação, que envolveram 776 servidores. Deu-se continuidade a importantes cursos de formação profissional no MRE: a) cursos de línguas (234 servidores): Inglês (65 alunos), Francês (66), Espanhol (50), Alemão (43) e Árabe (10), mediante contrato firmado com, respectivamente, Casa Thomas Jefferson, Aliança Francesa, UnB, Instituto Goethe e Instituto Ninah Medrei.; b) 2

edições do Curso de Habilitação para o Serviço Exterior (CHSE), voltado para a capacitação técnica de servidores que pretendem ser removidos; c) 2 edições do Curso de Atualização para Oficiais de Chancelaria (CAOC, 102 servidores lotados no Brasil e no Exterior), com vistas à progressão destes funcionários na carreira; d) Curso de História Mundial (30 servidores), entre Diplomatas, Oficiais e Assistentes de Chancelaria; e) Cursos de qualificação (60 servidores): Curso de Administração Pública, Curso de Análise de Cooperação Técnica Internacional para o Desenvolvimento e Curso de Atualização em Português.

Um total de 126 servidores beneficiaram-se de cursos de caráter técnico, de curta duração e de aplicação prática e imediata, realizados fora do Ministério. Manteve-se estágios, por convênio, celebrado com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), para 300 estudantes de nível superior e médio em diferentes unidades administrativas do Ministério. Já o Programa de Cursos de Idiomas para servidores lotados no Exterior (PCIEIX), foi sensivelmente ampliado, abrangendo 74 Postos em atenção à 238 servidores.

Ao Departamento de Administração (DA) compete planejar e supervisionar as atividades de administração de material e de patrimônio dos órgãos do Ministério, no país e no exterior; acompanhar propostas de aquisição e, ampliação e reforma de bens imóveis no exterior; acompanhar a contratação de pessoal local no exterior; coordenar o processo de licitações; e supervisionar os serviços gerais de apoio administrativo dos órgãos do Ministério no Brasil. Foram abertos, durante o exercício: Embaixadas em Bamako, Bratislava, Brazzaville, Castries, Liubliana, Mascate e Uagadugu; Consulados-Gerais em Caracas, Cidade do México e Washington; Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, (DELBASOMC) e a Representação do Brasil junto à Conferência do Desarmamento das Nações Unidas, ambas com sede em Genebra (REBRASDESARM); e o Vice-Consulado em Lethem. Foram permutados 54 veículos de representação e de serviço em Postos no exterior de todas as categorias e áreas geográficas.

Ao Departamento de Comunicações e Documentação (DCD) estão subordinadas 5 unidades administrativas: a Coordenação Geral de Planejamento Administrativo (CGPLAN), responsável pelo controle e gerenciamento de recursos financeiros na área de Tecnologia da Informação (TI), para os postos no exterior e execução financeira no Brasil; a Divisão de Informática (DINFOR), que coordena, na Secretaria de Estado, o desenvolvimento e aplicação de sistemas e recursos de TI; A Divisão de Comunicação e Arquivos (DCA), responsável pelo controle telegráfico, carteira de entrada e saída, malas diplomáticas e arquivo corrente do Ministério; A Coordenação de Documentação Diplomática (CDO), sob cuja coordenação estão a Biblioteca e o Arquivo Histórico do Ministério; e a Central de Atendimento (CAT), unidade que presta serviços de suporte e apoio técnico em informática para os usuários na Secretaria de Estado e em missões no exterior.

A Divisão de Informática (Dinfor) pôde levar a cabo o desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração, que se tornar responsável pela gestão financeira do MRE, mediante a operação de quatro módulos integrados (Sigef, Siabi, Sigabs e Sicol) que permitirão a gestão e o acompanhamento das despesas. Buscou-se atender

igualmente às necessidades da área de pessoal e pagamentos com o desenvolvimento dos dois primeiros módulos do Sistema de Gestão de Pessoal (SGDP), já em funcionamento. Seguindo as diretrizes da Administração Pública Federal, implementaram-se, sempre que possível, soluções em software livre para a autenticação de usuários na rede, *firewall*, *checkmail* e *Proxy*, além do sistema para desenvolvimento de sítios de *Internet PloneZopePython*, utilizada para o desenvolvimento das novas páginas de *Internet* do MRE e para a atualização tecnológica da Intratec.

Por intermédio da Divisão de Comunicação e Arquivo foram expedidas 5965 malas diplomáticas da SERE e recebidas 3158. A Central de Atendimento, por sua vez, processou, ao longo de 2008, cerca de 100.000 pedidos de apoio técnico. Na área de segurança da informação, a Central de Atendimento instalou nos Postos da América do Sul e nas Embaixadas do Brasil em Washington, México, Havana e Porto Príncipe, bem como na Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, soluções criptográficas de transmissão e armazenamento de voz, adquiridas em cooperação com o Cepesc/ABIN.

No que diz respeito à Biblioteca do Ministério, que se encontra sob a responsabilidade da Coordenação de Documentação Diplomática, foram investidos R\$ 6.027,00 na expansão do acervo, por meio da aquisição de novos livros no Brasil, e R\$ 33.843,00 na aquisição de livros e da assinatura de periódicos no exterior. Foram ademais contratados, por meio de licitação, serviços de catalogação do acervo (R\$ 200.000,00), de restauração e encadernação (R\$ 54.000,00) e de trabalhos gráficos (R\$ 155.902,00), para a edição e impressão de publicações relevantes ao Serviço Exterior Brasileiro (Resenhas de Política Externa, Anuários de Pessoal, Legislação do MRE, entre outras).

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (COF) gerencia as dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de contribuições a organismos internacionais, por meio do Programa Gestão da Contribuição a Organismos Internacionais, o que reflete as competências do MRE sobre as relações com esses organismos. Seu objetivo é assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos em que é parte. A LOA 2008 previu um total de R\$ 267 milhões para o pagamento de contribuições a organismos internacionais.

Em 2008, o Brasil logrou quitar sua dívida com a Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) até o exercício de 2007, além de saldar débitos em atraso com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e com o Tribunal Penal Internacional (TPI). Também é importante sublinhar o pagamento da Organização das Nações Unidas, organismo com o qual o Brasil apresentou-se em dia com seus compromissos de orçamento regular no momento da realização de sua Assembléia Geral.

A Coordenação-Geral de Modernização (CMOR) coordenou a organização de dois eventos: a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis; e a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC).

A "Conferência Internacional sobre Biocombustíveis: os biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável" (São Paulo, 17 a 21/11/2008) teve como principal objetivo fomentar a discussão internacional sobre os desafios e oportunidades relacionados aos

biocombustíveis e temas afins, como segurança energética, produção e uso sustentáveis, agricultura, processamento industrial, além de questões ligadas a especificações e padrões técnicos, comércio internacional, mudança do clima, e o futuro dos biocombustíveis. Participaram da Conferência representantes de governos, organismos internacionais, parlamentares, comunidade científica e acadêmica, iniciativa privada, sociedade civil e ONGs, entre outros.

A CALC (Salvador, Costa do Saúpe, 16 e 17/12/2008), promoveu discussões acerca de temas relacionados à integração e à cooperação para o desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe frente à crise financeira, energética e alimentar e à mudança do clima. A Cúpula reuniu Chefes de Estado e representantes de Governo dos 33 países da região. Também participaram, como convidados especiais, titulares de órgãos de integração regional e personalidades convidadas pelo Governo brasileiro.

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A Secretaria de Controle Interno (Ciset), no desempenho de sua função institucional prevista na Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, procedeu à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das Unidades Gestoras na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos Escritórios Regionais e Comissões Demarcadoras de Limites, na Unidade Gestora Executora em Nova York e nos Postos no exterior, além da unidade vinculada, a Fundação Alexandre Gusmão – Funag. Além dos trabalhos de auditoria e orientação dos gestores do Itamaraty, o Controle Interno apoiou o Controle Externo (TCU) na fiscalização da administração dos recursos públicos.

Ao dar seqüência ao programa de auditoria nas repartições no exterior, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União, o Controle Interno realizou missões de auditoria e orientação em sete Postos: Consulados-Gerais em Chicago, Boston e Madri; Escritório Financeiro em Nova York; Embaixadas em Maputo, Adis Abeba e Madri. Foram efetuadas, também, missões de verificação do funcionamento do Siafi no Consulado-Geral em Nova York e nas Embaixadas em Tóquio, Londres e Pretória, além de missões nos Consulados-Gerais em Tóquio e em Londres, postos a serem interligados ao Siafi em 2009.

Os trabalhos de auditoria nos Postos têm permitido ao Controle Interno exercer sua função fiscalizadora, avaliar *in loco* a qualidade da gestão, bem como orientar os Postos sobre a aplicação dos recursos públicos, observância dos regulamentos e verificação das condições de sua operação.

Ao realizar os trabalhos de auditoria, o Controle Interno visou à verificação do cumprimento dos preceitos legais por parte dos gestores, mas, igualmente, à orientação dos operadores quanto à boa prática na administração dos recursos sob sua guarda, ao corrigir as impropriedades detectadas e atuar de forma preventiva, de modo a evitar futuras falhas. As auditorias realizadas revelaram que o Itamaraty cumpriu correta e regularmente os objetivos que lhe foram fixados, dentro dos limites orçamentários que lhe foram alocados.

A Ciset realizou, ainda, as seguintes atividades: apoio à administração na reformulação e atualização do Regimento Interno do Serviço Exterior – RISE e do Guia de Administração dos Postos (GAP) 2008; transferência da contabilidade para a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – COF; acompanhamento, junto ao TCU, dos processos de interesse do Ministério; e apoio aos trabalhos de auditoria do TCU nas Unidades Gestoras do Itamaraty.

INSTITUTO RIO BRANCO

ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO

O Instituto Rio Branco (IRBr) desenvolve atividades de ensino profissional em suas vertentes de formação e de aperfeiçoamento de diplomatas, bem como concede bolsas de estudo a afro-descendentes à carreira diplomática. A inserção internacional do Brasil, crescentemente complexa, requer constante aprimoramento do pessoal diplomático, que deve estar apto a lidar com os mais diversos aspectos da agenda internacional e a defender os interesses do país nos âmbitos bilaterais e multilaterais. O diplomata brasileiro deve estar capacitado a tratar com igual competência de temas que vão, entre outros, dos direitos humanos ao meio ambiente, da promoção comercial à difusão cultural.

Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas: cumprindo sua missão legal e regimental de recrutamento dos integrantes da Carreira de Diplomata, o IRBr promoveu, a exemplo do que faz anualmente, desde 1945, Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, com a colaboração do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília (UnB). O IRBr tem procurado aprimorar a divulgação das informações a respeito do Concurso, como forma de democratizar o acesso à Carreira. O Concurso foi divulgado nas 17 capitais estaduais em que se realizaram provas e no Distrito Federal, por diplomatas da Direção do IRBr e Terceiros Secretários alunos do Instituto, por meio de palestras e contatos com a imprensa e instituições locais de ensino superior. Ampliou-se, ainda, com o auxílio da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a divulgação via rádio e Internet.

O Concurso consistiu de quatro fases assim divididas: a) Primeira Fase: Prova Objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia; b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório; c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia; e d) Quarta Fase: prova escrita, de caráter exclusivamente classificatório, de uma segunda língua estrangeira, que poderia ser, conforme a opção do candidato, Alemão, Árabe, Chinês (Mandarim), Espanhol, Francês, Japonês ou Russo.

A seleção, exclusivamente pelo mérito intelectual, consolidou-se nos mais de sessenta anos de existência da Academia Diplomática brasileira, uma das mais antigas do mundo. Nessas décadas, sempre consciente da responsabilidade e da excelência da nossa Diplomacia, o Instituto não se furtou a rever seu mecanismo de seleção, com base na avaliação dos resultados alcançados e levando em conta demandas conjunturais. Foram selecionados 115

novos alunos, a maior turma da história do Curso de Formação. O grande número de alunos das últimas três turmas é resultado da decisão de implementar, em um prazo de quatro anos, a reforma da Carreira de Diplomata, consubstanciada na Lei 11.440/2006, que ampliou de 998 para 1.398 os cargos de Diplomata.

Os aprovados no Concurso são empossados na classe inicial da Carreira – a de Terceiro Secretário – e matriculados no Curso de Formação de Diplomatas, que tem duração de dois anos e, desde 2002, é credenciado pela Fundação Capes, do Ministério da Educação, como Curso de Mestrado Profissional em Diplomacia. Em 2008, 99 Terceiros Secretários concluíram o Curso de Formação. Além das aulas regulares, os alunos do Instituto Rio Branco puderam assistir a 90 palestras e cursos de curta duração com importantes personalidades, brasileiras e estrangeiras, em assuntos relevantes para a formação acadêmica e profissional dos alunos. Entre os cursos de curta duração, merece especial menção o Curso sobre Língua e Cultura Aymará, ministrado pelos diretores do Instituto de Língua e Cultura Aymará de La Paz e o Curso sobre Práticas Diplomáticas para representantes de países da América do Sul, que contou com a participação de 26 diplomatas de 9 academias diplomáticas da região.

Do lado do aperfeiçoamento de Diplomatas, o IRBr tem a responsabilidade de organizar os Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e os Cursos de Altos Estudos (CAE). Durante o exercício, foram realizados dois CADs, dos quais participaram 98 diplomatas, aumento significativo em relação aos 64 diplomatas que participaram em 2006. O CAD é mantido pelo Instituto Rio Branco como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação para a Carreira de Diplomata, com o objetivo de aprofundar e atualizar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Segundos Secretários. A aprovação do diplomata é requisito para a progressão funcional a Primeiro Secretário. Em 2008, houve 55 diplomatas aprovados no primeiro CAD e 43 no segundo. O curso é estruturado em duas fases, a primeira das quais consta de conferências proferidas por personalidades convidadas, conhecidos representantes do meio acadêmico e as mais altas chefias do Itamaraty e de outros ministérios de interesse da política externa e da atualidade política e econômica brasileira. Na segunda fase, os candidatos prestam exames nas matérias de Política Internacional, Economia e Direito Internacional Público.

Foram realizadas duas edições do CAE, o qual é estruturado em três fases que correspondem, em primeiro lugar, à elaboração e aprovação de projeto de uma tese sobre tema relevante para a Política Externa Brasileira; em segundo, à redação da tese e sua aprovação por banca examinadora; e, em terceiro, à arguição oral do diplomata. O Cursos de Altos Estudos integra o sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata, com objetivo de atualizar e aprofundar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos Ministros de Primeira e Segunda Classes. A aprovação do diplomata no CAE é requisito para a progressão funcional a Ministro de Segunda Classe. Em 2008, 138 diplomatas participaram do Curso de Altos Estudos, um aumento significativo em relação aos 71 diplomatas que participaram em 2007 e aos 44 em 2006. Dos participantes em 2008, 29 obtiveram aprovação.

Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes à Carreira Diplomática: Programas de Ação

Afirmativa respondem à determinação do governo brasileiro de concretizar os compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001. Naquela ocasião, os estados foram instados a adotar medidas de eliminação da desigualdade racial, com políticas que visassem, por exemplo, a alterar o padrão de desigualdade nos índices educacionais de negros e brancos e a promover o acesso racialmente democrático ao mercado de trabalho.

Esses objetivos estiveram integrados ao “Plano Brasil de Todos: Participação e Inclusão” (Plano Plurianual 2004-2007), que estabeleceu como diretriz a implantação de políticas de erradicação da discriminação racial, entre as quais políticas afirmativas, com campanhas de conscientização, concessão de bolsas para estudantes negros e apoio a iniciativas de promoção da igualdade social. Por meio da “Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia”, o Itamaraty reconhece a necessidade de realizar um esforço adicional no processo de preparação e recrutamento de candidatos, com vistas a ampliar o acesso da população negra à carreira diplomática. Em 2008, repetiu-se o esforço mais intenso de divulgação do Programa de Ação Afirmativa nos estados da Federação com maior percentual de negros e pardos, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo o processo seletivo sido realizado em 23 cidades.

Inaugurado em 2002, o “Programa de Ação Afirmativa do IRBr – Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia” conta com a participação do Ministério das Relações Exteriores (Instituto Rio Branco) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (Fundação CNPq). No Processo Seletivo de 2008, ainda em andamento, a Comissão Interministerial, responsável pela análise de documentos dos candidatos e pela entrevista técnica que os seleciona será constituída por representantes não só das duas Instituições, mas também de outros órgãos interessados em programas de ação afirmativa para afrodescendentes. Para o Processo Seletivo de 2008, o IRBr aumentou para 27 o número de bolsas. O valor anual da bolsa-prêmio permaneceu em R\$ 25.000,00 para cada bolsista. Os bolsistas do Processo Seletivo de 2007, um total de 37, receberam a bolsa entre março e dezembro de 2008 e prestarão o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata a realizar-se em 2009.

A concessão de Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia tem melhorado, de forma concreta e decisiva, as condições de preparação para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) e, por conseguinte, as possibilidades de ingresso na Carreira de Diplomata de candidatos afro-descendentes. No Concurso de 2008, mais três ex-bolsistas lograram aprovação, aumentando para onze o número de beneficiários da bolsa que se tornaram diplomatas. Os resultados do Programa, importantes em termos absolutos, impressionam ainda mais se considerados em termos relativos, pela comparação do desempenho dos ex-bolsistas com o universo total dos candidatos ao CACD. O percentual de aprovação de ex-bolsistas é várias vezes superior ao percentual de aprovados no conjunto dos candidatos. Já receberam a bolsa integralmente e participaram do Concurso 132 candidatos afro-descendentes, dos quais 11 foram aprovados. Isso equivale a uma aprovação de mais de 8% dos bolsistas, nível bastante elevado, se considerarmos a relação candidato/vaga,

historicamente muito alta. O número de aprovados tem oscilado entre 0,5 % (em 2005) e 1,5% (em 2006) do número total dos candidatos. A aprovação de mais de 8% dos bolsistas chega a ser, portanto, mais de quinze vezes superior ao índice de aprovação do conjunto global dos candidatos.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão - Funag, implementou uma série de atividades, em consonância com as suas competências institucionais. As atividades implementadas contemplaram a realização de vinte eventos, abrangendo encontros, palestras, seminários e conferências, que contaram em seus debates com a participação de diplomatas, acadêmicos, especialistas nacionais e internacionais, autoridades, além de representantes da sociedade civil; cinco lançamentos de livros, incluindo o estande na Gare da Central do Brasil; a realização de dois cursos internacionais, do IV e V Curso para Diplomatas Sul-Americanos; a realização de um concurso, "Concurso de Ensaio sobre a Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira", em parceria com o Instituto Rio Branco; a participação em três feiras de livros, sendo uma em Brasília e as demais a Bienal Internacional do Livro, em São Paulo e no Ceará; 10 eventos apoiados, sendo eles sete eventos nacionais, um internacional e duas missões acadêmicas internacionais; a edição de obras inéditas e, em alguns casos, edição com nova tiragem de livros, abrangendo um programa editorial com a publicação de cento e dezesseis livros especializados ou relacionados aos temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática do Brasil.

Dentre os eventos acima citados destacam-se os Seminários Preparatórios (China, Índia e Estados Unidos) para a III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI - "O Brasil no mundo que vem aí", também realizada em 2008; a I Conferência de Comunidades Brasileiras no Exterior", em parceria com a Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores; as Conferências Magnas da série "Encontros com o Barão"; a realização do I Encontro de Historiadores Sul-Americanos; o Seminário Acadêmico Índia, Brasil e África do Sul, em parceria com o Departamento da África, do Ministério das Relações Exteriores; a realização do Seminário sobre Pesquisas em Relações Econômicas Internacionais, com a parceria do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores; a realização o Ciclo de Palestras, aberto aos diplomatas, servidores e outros convidados, no Palácio Itamaraty, em Brasília, que teve como palestrantes especialistas, nacionais e internacionais.

Foram apoiadas as realizações de seis eventos nacionais de instituições parceiras: o "Curso de Política Comercial e Noções de Economia Internacional" e o "XIII Seminário Sobre Política Externa para Altos Funcionários da Administração Pública", realizados pelo Ministério das Relações Exteriores; o Seminário "A Nova Matriz Energética Brasileira", realizado pelo Tribunal de Contas da União; Seminário Brasileiro de Ouvidorias Públicas", realizado pela Ouvidoria Geral da União; a "Semana Política da América Latina: Desafios e Perspectivas, realizado pela Universidade de Brasília; e a "Conferência Michael Hardt", realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi apoiada, no

âmbito internacional, a realização do Curso sobre "Brasil: História, Economia e Política", na Cátedra Brasil, realizada pela Universidade da Colômbia, bem como a realização de duas missões acadêmicas ao exterior, sendo a primeira à África do Sul, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e a segunda à Pequim, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Com vistas à ampliação da difusão e divulgação dos temas da política externa e internacional foram utilizadas diversas ferramentas de comunicação, em especial a criação de cadastramento de pessoas da sociedade para recebimento de mala direta da Fundação, assim como a inclusão dos eventos realizados pela Fundação, bem como das publicações editadas e do material especializado, produzido para os eventos, na biblioteca digital, cujos acessos e utilização são gratuitos. A loja virtual de vendas de publicações da Funag integra, também o seu site.

Além das doações de suas publicações aos formadores de opinião, bibliotecas públicas e outros integrantes do seu público-alvo, realiza vendas dos livros que edita por meio de espaços promocionais, loja virtual em seu site, livrarias consignadas, feiras e eventos que realiza ou participa.

Quanto à execução orçamentária, foram utilizados mais de 96% dos recursos recebidos da União e dos arrecadados por meio das vendas de livros (recursos próprios) para aplicação na atividade finalística da Fundação Alexandre de Gusmão e 100% dos recursos recebidos por meio de destaque orçamentário do Ministério das Relações Exteriores.

A execução orçamentária correspondente a Gestão e Administração, atividade meio, superou os 97% em sua execução. Dessa forma, buscou-se maximizar todos os recursos humanos, orçamentários e logísticos, utilizando-se uma gestão participativa e moderna, que contribuiu de forma decisiva para o sucesso, para a eficácia, eficiência e efetividade do Programa Análise e Difusão da Política Externa Brasileira e do desempenho institucional da Fundação Alexandre de Gusmão, resultando na superação das metas previstas.